



Um programa socialista dos/as trabalhadores/as para o Distrito Federal em 2022

Brasília: Capital da desigualdade.

Há muito tempo uma das marcas importantes do Distrito Federal é a enorme desigualdade social. Na cidade, capital do nosso país, mansões e palácios coexistem com casebres e barracões improvisados, onde moram a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras que constroem toda a riqueza dessa cidade, que infelizmente é escoada para o bolso de um punhado de empresários e políticos, que parasitam a estrutura estatal.

Enquanto o Lago Sul ostenta uma renda per capita de R\$ 7655,00, a Estrutural amarga R\$ 486,00 reais de renda per capita. O bairro mais rico da cidade possui uma renda per capita 15 vezes maior que o bairro mais pobre. E essa diferença tem um claro componente racial. No Lago Sul, apenas 20% da população é negra, na Estrutural 77% da população é negra.

Para a maioria da população do DF a vida é uma luta diária para a sobrevivência. cerca de 21% da população do DF vive em situação de insegurança alimentar, sendo que 9,5% passam fome. A fila de espera para recebimento de algum benefício da assistência social é de 200 mil pessoas, quase 7% da população do DF, que possui cerca de 3 milhões de habitantes. O desemprego oficial está ao redor de 16%, um dos mais altos entre as capitais do país, mas na verdade cerca de 1,1 milhão de pessoas economicamente ativas (PEA) estão fora do mercado de trabalho, metade da força de trabalho no DF.

O desemprego avassalador explica a enorme fila da assistência social e também o problema de moradia que atinge milhões de trabalhadores no DF. Enquanto o BRB garante financiamento, em esquema altamente suspeito, para o senador Flávio Bolsonaro comprar uma mansão de R\$ 6 milhões de reais, 359 mil famílias aguardam atendimento na lista de espera da CODHAB. 87% dos cadastrados nunca foram contemplados.

Diante desse quadro de desemprego, inflação, insegurança alimentar, etc. se torna ainda mais importante a garantia dos serviços públicos no DF, que infelizmente é precário, insuficiente e de má qualidade, apesar do esforço enorme dos servidores para garantir um serviço público de qualidade. Esse quadro é o resultado de décadas de sucateamento, privatização, terceirização e corrupção.

Atualmente, por exemplo, 24 mil pessoas aguardam na fila para poder realizar uma cirurgia na rede pública de saúde do DF, sendo 4,6 mil crianças nessa situação. Durante os momentos mais agudos da pandemia da COVID-19, a fila de espera por um leito de UTI chegou a ser de mais de 400 pessoas. No país, relatório recente

aponta a falta de 86 medicamentos, alguns básicos como antibióticos e dipirona.

Na educação, são cerca de 20 mil crianças aguardando na fila por uma creche. Nem mesmo o programa privatista de Ibaneis, Auxílio-creche (no valor de R\$ 800,00) reais consegue zerar a fila de espera. Além do mais, a carência de profissionais é enorme e leva o GDF a usar cerca de 11 mil professores de contrato temporário, um regime de contrato precário, para suprir uma parte do déficit de profissionais de educação.

No que tange ao transporte público, o DF tem hoje menos linhas de ônibus e veículos do que em 2013, quando a licitação fraudulenta estabeleceu o atual oligopólio das empresas de transporte público. Empresas que são, inclusive, altamente beneficiadas pelo GDF, que além de garantir o direito de exploração das linhas, entrega quase 1 bilhão de reais por ano de subsídio, com a desculpa de impedir um preço ainda mais aviltante da tarifa de transporte.

É inclusive a precariedade do transporte público que impulsiona a população a usar cada vez mais o carro no DF. Hoje 52% da população recorre ao carro para se locomover, 38% usa ônibus, 4% metrô. O resultado desse quadro é o congestionamento. Ibaneis promove a execução de obras viárias faraônicas, que não conseguem acabar com o trânsito pesado do horário de pico, tendo em vista que não para de crescer o número de carros no DF.

Todo esse cenário de caos social, ausência e precariedade dos serviços públicos é ainda maior se levarmos em conta a população do entorno do DF. Cerca de 1 milhão de pessoas, historicamente esquecidas pelos governos de Goiás e do Distrito Federal, que sofrem um processo de exclusão do mercado de trabalho, tendo em vista que a passagem de ônibus é mais cara e não se integra com o transporte público do DF. Luziânia, Novo Gama, Águas Lindas tem renda per capita de cerca de R\$ 600,00, 12 vezes menor do que o Lago Sul.

A situação de precariedade, além de um componente racial, também possui um componente de gênero muito importante. As mulheres são a maior parte das desempregadas, esperando em média 55 semanas para ter uma oportunidade de emprego, homens esperam em média 49 semanas no DF. Entre as mulheres cerca de 20% estão desempregadas, entre os homens a taxa é de 15% no DF. A renda das mulheres é em média 25% inferior à dos homens no DF.

Por que o Distrito Federal possui uma desigualdade social tão acentuada? Por que a população desempregada, em insegurança alimentar, vivendo em moradias precárias é tão grande?

Não é por falta de verbas públicas ou de riqueza. Brasília teve um crescimento econômico de 3,6% no ano passado. Mas, contraditoriamente, o rendimento médio dos assalariados teve uma queda de 16,3% em 2021. Em relação aos empregadores, o dado revela o aumento da concentração de renda, houve uma redução do número de empregadores (empresários), mas a renda média desse setor aumentou em 2021. Enquanto a maioria da população sofria com a crise sanitária e econômica, amargando a perda de rendimentos, os empresários, mesmo com a pandemia, tiveram aumento na renda.

Brasília é a unidade da federação de maior renda domiciliar per capita, cerca de R\$ 2500 reais. O orçamento do DF acumulou nos últimos 3 anos mais de R\$ 2,5 bilhões de superávit, R\$ 700 milhões somente em 2021. E a arrecadação tributária vem aumentando, ano após ano.

Para onde vai esse dinheiro e essa riqueza? Para o bolso dos grandes empresários da construção civil, das empresas de terceirização, dos grandes grupos farmacêuticos e da rede privada de saúde, para os latifundiários e empresários do agronegócio, para os empresários do transporte público, etc. E uma pequena fatia termina nas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras que geraram de fato toda essa riqueza.

O orçamento do DF poderia inclusive ser muito melhor, não fosse a enorme sonegação fiscal e a política consciente de Ibaneis de deixar essa situação inalterada. A dívida ativa do DF soma R\$ 36 bilhões, provenientes da sonegação de grandes empresários e empresas, em sua maioria, dos quais o GDF arrecadou cerca de 1% em 2021. Somente com a arrecadação do imposto sonegado seria possível ampliar o orçamento do DF em 75% em um ano.

Ibaneis: um governo reacionário a serviço dos grandes empresários do DF

O governo de Ibaneis Rocha, fiel aliado de Bolsonaro, representa a continuidade do que há de pior na política do DF. O governo Ibaneis tem tantos escândalos de corrupção, quanto teve Arruda, de quem é aliado, e de Roriz. É tão ineficiente quanto os governos de Rollemberg e Agnelo. E, tão reacionário quanto o governo Bolsonaro.

Ibaneis se elegeu aproveitando a onda Bolsonarista e o desgaste das principais figuras do cenário político do DF, pelas gestões desastrosas à frente do GDF. Assim que assumiu o governo tratou de fazer tudo o que tinha prometido não fazer na campanha.

Ao invés de acabar com o Instituto Hospital de Base, transformou ele no IGES-DF e impôs o modelo privatista de gestão da saúde para as UPA's e o hospital de Santa Maria; Privatizou a CEB; promoveu o arrocho salarial aos servidores públicos; saqueou os recursos do IPREV e

promoveu uma reforma previdenciária mais dura que a de Bolsonaro aos servidores públicos do DF.

A exemplo de seus antecessores, não faltaram escândalos de corrupção no governo Ibaneis. O mais grave e chocante foi sem dúvida, o escândalo que levou à prisão toda a cúpula da Secretaria de Saúde do DF. Superfaturar a compra de insumos para combater a pandemia da COVID-19, enquanto centenas de pessoas esperavam uma vaga na UTI para não morrerem, é de um absurdo sem tamanho. Também liderou o ranking de escândalos de corrupção o IGES-DF. Tudo isso em plena pandemia, enquanto pessoas agonizavam por falta de leitos, remédios e insumos, uma parte importante dos indicados de Ibaneis achou que seria uma excelente oportunidade para fazer fortuna, parasitando as verbas públicas.

Diante disso, é vergonhoso que a CLDF tenha se comportado como um bicho de estimação de Ibaneis e não tenha levado adiante a cassação de seu mandato.

Apesar de todos esses ataques, Ibaneis contou com a apatia e resignação das principais direções sindicais do DF, principalmente da CUT, que quase nada fizeram para mobilizar os trabalhadores contra Ibaneis. A CLDF, seguindo a terrível tradição de ser fiel aliada de qualquer governo de plantão, abusando dos esquemas escusos com o GDF de trocar apoio político por indicações aos cargos comissionados, foi cúmplice da gestão desastrosa de Ibaneis. Nem mesmo a oposição parlamentar na CLDF foi um problema para Ibaneis levar adiante seu projeto reacionário. Sua atuação se resumiu a fazer discursos contra o governo e tentar capitalizar um eventual desgaste político de Ibaneis, nunca tiveram uma política consequente de se apoiar na mobilização dos trabalhadores.

O projeto de reeleição de Ibaneis é ainda pior para os trabalhadores do DF, Ibaneis vai ser o candidato oficial de Bolsonaro no DF. Num momento em que Bolsonaro eleva o tom de suas ameaças autoritárias e golpistas, Ibaneis vai colocar a estrutura estatal do DF e toda sua campanha a favor desse projeto reacionário para o país.

Contra a reeleição de Ibaneis algumas candidaturas estão sendo construídas. Izalci (PSDB), Leila (PDT), Paula Belmonte (Cidadania), Rafael Parente (PSB), Reguffe (União Brasil), Lucas Salles (DC), Leandro Grass (PV-PT-PCdoB). São muitos candidatos, alguns ainda não estão definidos, mas em essência o mesmo projeto de Ibaneis com uma ou outra variação.

São todos candidatos e partidos que estiveram na gestão do GDF e são corresponsáveis pelo cenário de tragédia social que se abate sobre a maior parte da nossa população. Não é uma disputa de projetos diferentes, mas apenas uma disputa de quem será o principal responsável por levar adiante o projeto de exploração e opressão da classe trabalhadora do DF. E, com isso, angariar a maior quantidade de recursos e privilégios para o setor empresarial mais próximo dessas figuras.

Mesmo Leandro Grass não foge disso. O PT, com o qual o PV está em federação, já governou o DF por duas vezes, sempre em aliança com grandes partidos burgueses como o próprio MDB de Ibaneis. Foram governos marcados por casos de corrupção e que continuaram aplicando um projeto neoliberal no DF, assim como os governos do PT no país também levaram uma agenda neoliberal, aprofundando o processo de recolonização e desindustrialização do Brasil.

O PSOL por sua vez, abandonou a postura de enfrentamento ao projeto petista social-liberal e entrou de malas e bagagens no projeto de reeleição de Lula-Alckmin. A federação com a Rede de Marina Silva, financiada por burgueses como Neca Setubal (Sócia e herdeira do Itaú), Guilherme Leal (Dono da Natura), é um ponto final para qualquer perspectiva do PSOL de construir um projeto político de independência de classe. A candidatura de Keka, uma importante lutadora do movimento de mulheres negras no DF, que respeitamos profundamente, não representa um projeto muito diferente daquele sustentado por Leandro Grass (PV-PT-PCdoB), ainda que tenha algumas variações mais à esquerda. Neste sentido, a candidatura de Keka é fundamentalmente parte de um cálculo eleitoral do PSOL e REDE de tentar aumentar suas bancadas parlamentares, não é uma proposta substancialmente diferente do que é o projeto social-liberal do PT e de Leandro Grass.

Enfrentar os grandes grupos empresariais para colocar a riqueza do país e do DF a serviço das necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras.

Não há maneira de solucionar os problemas sociais que assolam o conjunto da classe trabalhadora, enquanto estivermos sob um modelo socioeconômico baseado no lucro, na exploração e na opressão. É uma utopia reacionária acreditar que um sistema social em que um punhado de parasitas se apropriam da maior parte da riqueza pode garantir o mínimo de dignidade para o conjunto da população do DF, do Brasil e do Mundo. É ancorado nesse fato, que nós do PSTU procuramos ganhar o conjunto dos explorados e oprimidos a se engajar na luta para construção do socialismo.

Conquistar esse novo mundo e abrir caminho para um processo de transição a uma sociedade socialista é um processo complexo e árduo. Só pode ser conquistado com um vigoroso processo revolucionário da classe trabalhadora, enfrentando impiedosamente os grandes capitalistas e seus serviços, tomando de volta, pela força da mobilização popular, toda riqueza que nós construímos e está hoje concentrada nas mãos de poucos capitalistas, garantindo seus abundantes privilégios.

Nosso programa a nível nacional e local parte da necessidade de estatizar, sob controle dos trabalhadores, os principais meios de produção. Saúde, educação, transporte público, a construção civil e a infraestrutura, os

combustíveis, o sistema financeiro devem estar sob exclusivo controle do estado, que deve gerir esses setores através de organismos democráticos eleitos pelos trabalhadores e controlados diretamente pelas entidades sindicais e/ou outras formas de organização da nossa classe, como conselhos populares.

O problema central de nossa sociedade é que todos os bens, principalmente os mais indispensáveis à vida humana, são produzidos como mercadorias e não seguem nenhum planejamento que não seja o maior lucro possível das grandes empresas. Qualquer programa de governo que prometa acabar ou, pelo menos, amenizar os problemas sociais e não enfrente essa contradição criada pela produção social e a apropriação privada dos bens produzidos é uma enganação.

Nossas respostas para começar a resolver os graves problemas sociais do DF partem então da necessidade de estatizar todo o transporte público, e assim gerir os recursos e as linhas de maneira a atender as necessidades da população. Sem a necessidade de gerar lucro, podemos garantir a tarifa zero no transporte público do DF.

Da mesma maneira, não é aceitável que a saúde da população vire mercadoria a serviço do lucro da Rede D'or e outros grandes grupos privados de saúde. Todos os hospitais, grandes clínicas, laboratórios, grandes grupos farmacêuticos, etc. devem ser estatizados e geridos diretamente através do SUS. Deve ser tratado como criminoso um setor que, para conseguir clientes, depende da precariedade dos serviços públicos de saúde.

Essa lógica também se aplica à educação, à construção civil, aos postos de combustíveis e a todos os setores econômicos fundamentais para a vida do conjunto da população.

A NOVACAP, precisa ser revitalizada e absorver as empresas da construção civil e do ramo imobiliário, como Grupo OK e Paulo Octávio, e colocar todos esses recursos a serviço de um plano de obras públicas organizado de maneira democrática diretamente pelos trabalhadores. Assim construir mais hospitais, UPA's, centros culturais, moradias populares e suprir a necessidade básica de infra-estrutura para garantir vida digna à população. Além de criar uma cadeia de produção que gerará empregos formais, atacando o problema da falta de renda e do desemprego no DF.

A dívida pública, os contratos de terceirização e as licitações deverão ser alvos de uma minuciosa auditoria popular. As empresas envolvidas nas fraudes contratuais e esquemas de corrupção devem ser desapropriadas, sem indenização e servir como base para organizar uma empresa pública de serviços gerais para acabar com a terceirização no GDF. Os contratos terceirizados são um verdadeiro ralo por onde o dinheiro público escoia para garantir o lucro de empresários inescrupulosos, que

cometem todo tipo de barbaridade contra os seus funcionários. São comuns os atrasos nos salários e benefícios, os calotes aos terceirizados, principalmente na troca de empresas, o assédio moral e sexual, a falta de EPI's, etc. É necessário acabar com a terceirização e garantir a incorporação dos terceirizados diretamente ao quadro de servidores públicos.

Na educação, o primeiro passo é acabar imediatamente com esse projeto fracassado e reacionário de militarização das escolas. O fracasso é tão evidente, que até mesmo a PROEDUC mudou sua posição e recomenda o fim desse programa que transforma as escolas públicas num espaço sem liberdade de expressão e de opinião, violando o princípio fundamental da autonomia pedagógica. Além disso, é preciso ampliar expressivamente os investimentos no setor educacional para construir novas unidades, reformar as que estão em má condição, contratar milhares de professores, orientadores e auxiliares de educação, diminuindo significativamente a contratação por esse modelo precário do contrato temporário.

Os educadores e educadoras sabem como garantir uma educação de qualidade, mas é preciso recursos para construir escolas e contratar mais educadores, diminuindo pela metade o número de alunos por turma. É preciso recursos para implantar um sistema de ensino integral que abarque a maioria das escolas do DF, garantindo o cuidado e educação das crianças e permitindo às mulheres se incorporarem de maneira massiva ao mercado de trabalho, além de assegurar ainda a segurança alimentar de milhares de crianças e desenvolvendo um processo educacional laico, crítico e democrático. É necessário reverter de forma imediata a implantação do novo ensino médio, de caráter privatista e voltado somente para os interesses do mercado, que coloca a escola pública meramente a serviço da formação de mão de obra barata.

Para garantir os recursos para todas essas atividades, em primeiro lugar o orçamento deve ser definido diretamente pela população. Através dos sindicatos, dos movimentos sociais e da organização de conselhos populares de categorias e bairros, cada centavo do orçamento será decidido de forma democrática diretamente pelo conjunto dos trabalhadores do DF. Além disso, o processo de estatização sem indenização dos grandes grupos econômicos, vai garantir economia de recursos públicos e gerar receitas ao estado para fazer esses investimentos.

Nesse mesmo sentido, é preciso estabelecer um processo tributário que isente o IPTU, IPVA e outros impostos dos bairros e da população de baixa renda e taxe agressivamente os bairros nobres e a população de alta renda no DF, que são inclusive os maiores sonegadores de impostos no DF. Propomos inclusive criar uma força tarefa especial para arrecadar a maior parte dos R\$ 36 bilhões da dívida ativa, que se concentra majoritariamente num grupo seleto e privilegiado de grandes devedores.

Muitas pessoas vão ouvir essas propostas e achar que somos muito radicais e que é impossível criar um governo desse tipo no DF. Sem dúvida, é impossível que um plano como esse seja aplicado de forma isolada no DF, ele precisa ser parte de um projeto nacional. Por isso o PSTU lança a candidatura de Vera à presidência da república, pois sabemos que as grandes transformações que precisamos no DF só podem se dar num marco também nacional.

Entendemos aqueles que são céticos em relação às nossas ideias, pois elas pressupõem uma enorme ruptura com o modelo social que existe hoje. E, claro que um processo como esse não é fácil e rápido de ser implantado. A esses questionamentos, dizemos que utopia é achar que o capitalismo pode ser reformado para garantir vida digna a todos e todas.

Nós propomos o caminho difícil, que vai exigir sacrifício e mobilização permanente da nossa classe. Seria ótimo se pudessemos resolver todos os nossos problemas, indo a cada 4 anos numa seção eleitoral e elegendo um grupo de parlamentares e governantes. Mas as coisas não são assim, inclusive porque o sistema eleitoral antidemocrático que existe no país é desenhado para que partidos como o PSTU tenham muita dificuldade de eleger representantes, enquanto os grandes grupos capitalistas garantem sempre poderosas bancadas parlamentares. E, fazem isso graças ao enorme poder econômico que concentram e com a quase exclusão do processo eleitoral dos partidos que não se subordinam aos seus interesses.

O PSTU nessa eleição não terá nem mesmo os míseros 5 segundos de propaganda eleitoral que tivemos na eleição de 2018. Não somos convidados para a maioria dos debates, não temos cobertura diária das grandes mídias e não temos os enormes recursos financeiros, pois nossas campanhas são sustentadas com a doação dos militantes, filiados e simpatizantes do nosso partido, todos eles trabalhadores assalariados, que lutam para conseguir fazer o salário chegar no fim do mês.

Apesar de tudo isso, é muito importante votar em nossas candidaturas. Cada voto conquistado para esse projeto amplia a força que ele terá sobre os corações e mentes de milhares de trabalhadores e trabalhadoras. Uma votação massiva no PSTU, ainda que não ganhemos as eleições, dará um recado poderoso aos capitalistas de que a insatisfação social pode transbordar para um processo revolucionário. Nada causa mais medo aos parasitas que nos exploram do que a mobilização social, independente de seu controle. Isso pode ajudar a colocar os governos e os capitalistas na defensiva e permitir à nossa classe avançar na luta por seus direitos.

Por isso é muito importante que todos aqueles que, como nós, desejamos o fim do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista depositem seu voto nas candidaturas do PSTU.

Pontos do nosso programa para o DF:

Orçamento, dívida pública, impostos e serviços públicos:

- A população terá pleno acesso a todas as informações sobre os recursos financeiros e será ela quem decidirá onde deverão ser aplicados e como será o orçamento público.
- As empresas públicas e estatais serão administradas por Conselhos Populares eleitos pelos servidores públicos e com fiscalização da população. As Regiões Administrativas também serão governadas por Conselhos Populares de caráter deliberativo. No nosso governo, somente servidores de carreira, eleito pelos seus pares, assumirão as pastas e os cargos de chefia no GDF, com mandatos revogáveis. Não governaremos com cargos comissionados, acabaremos com essa prática nefasta.
- Combateremos o clientelismo, o nepotismo e o favorecimento de interesses privados, não cairemos no jogo sujo do “toma lá dá cá” do executivo com a CLDF, das “emendas parlamentares” que incentivam os currais eleitorais. Combateremos as “mordomias” e nosso candidato a governador se compromete a abrir mão do salário de governador e continuará recebendo o salário de professor. O mesmo faremos com os cargos do executivo do governo e com qualquer de nossos candidatos caso eleitos: ninguém receberá mais que o seu salário de origem ou o salário de um professor.
- Auditoria popular da dívida pública do DF. Cessar imediatamente o pagamento da dívida e destinar toda a verba para a saúde pública.
- Auditoria popular rigorosa de todos os contratos de terceirização do GDF. Intervenção e estatização das empresas terceirizadas que roubaram dinheiro público do DF.
- Fim da política de isenção fiscal para as grandes empresas, promover um processo minucioso de investigação dessas isenções.
- Suprir toda a carência de servidores das áreas de fiscalização tributária. Organizar uma força tarefa para arrecadar a maior parte do estoque da dívida ativa. Confiscar os bens das grandes empresas e dos grandes devedores para garantir o ressarcimento aos cofres públicos.
- Congelar e diminuir o valor do IPTU das propriedades em áreas mais pobres e aumentar o valor das grandes propriedades e áreas nobres do DF.
- Auditoria popular de todos os contratos e convênios do GDF.
- Confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores. Estatização, sem indenização, das empresas envolvidas em corrupção e desvio de dinheiro público.
- Estatização de todas as empresas e confisco dos bens dos empresários que organizarem cartéis.
- Garantir a população a deliberação sobre os recursos e as políticas públicas, através de conselhos populares.
- Eleição de todos os cargos de chefia do GDF pelos servidores, com mandatos revogáveis.
- Reestatização da CEB (Neonergia), sem indenização.

Habitação:

- Garantir 5% do orçamento do GDF para resolver o problema do déficit habitacional, que ficaria zerado em 4 anos.
- Garantir auxílio-aluguel para todas as famílias aptas a receber o benefício.
- Garantir a regularização das ocupações, bairros e condomínios sem cobrar novos custos da população.

- Através da NOVACAP e TERRACAP, sob controle dos trabalhadores, organizar um plano de obras públicas para resolver os problemas de infraestrutura e moradia. Construir restaurantes e lavanderias comunitárias em todos os bairros pobres do DF.
- Auditoria popular sobre os processos de concessão de alvarás para as grandes empreiteiras e dos leilões de terra da TERRACAP. Confiscar, sem indenização, todos os imóveis e terras cedidos de maneira corrupta às grandes empresas.
- Garantir aos movimentos sociais sem-terra e sem-teto a cessão de terras públicas para a construção de casas e para a reforma agrária.
- Parar imediatamente a política despejo das ocupações e dos bairros pobres.

Saúde:

- Fortalecimento do SUS.
- Fim imediato do IGES-DF
- Nossa prioridade será a Atenção Básica com ações de saúde individuais, familiares e coletivas que tenham como objetivo a prevenção, diagnóstico e tratamento da população. Fortalecer e ampliar o número de equipes de saúde da família para garantir cobertura de 100% da população do DF. Garantir estrutura, insumos e equipamentos para que essas equipes possam de fato cumprir suas funções com qualidade.
- Investir em uma rede de saúde única e integrada, com ambulância e transporte gratuito, garantindo que os pacientes, se necessário, sejam redistribuídos, atendidos e tenham seus problemas resolvidos.
- Auditoria popular de todos os contratos da secretaria de saúde do GDF. Estatização, sem indenização de todos os hospitais privados e empresas privadas de saúde envolvidas em esquemas de corrupção, ou com contratos superfaturados.
- Fim da política de terceirização e mercantilização da saúde.
- Parar de pagar a dívida pública do DF e usar todos os recursos para abertura de novos leitos, construção de novas unidades de saúde e para manutenção e compra de equipamentos, insumos e maquinário para os hospitais.
- Nomeação imediata de todos os concursados e abertura de novos concursos para a secretaria de saúde.
- Organizar um plano de vacinação nas escolas, como medida urgente para garantir a imunização da ampla maioria das crianças e adolescentes. Intensificar a campanha de informação e educação sobre a importância das vacinação.
- Reestruturar os CAPS (centro de atendimento psicossocial), abertura de novas unidades, com garantia de espaço físico adequado e contratação de mais profissionais. Garantia de atendimento humanizado. Construção de uma política antimanicomial, com fiscalização rígida das clínicas privadas de atendimento a dependentes químicos e pessoas com transtornos psicológicos. Fim dos convênios com clínicas privadas. Garantia de passe-livre aos pacientes em tratamento continuado no CAPS.
- Reformular o projeto dos centros de ensino especial, reformando, ampliando e construindo novas unidades. E, garantir a integração das equipes de saúde e pedagógica. Oferecer atendimento de saúde aos portadores de necessidades especiais nos próprios centros de ensino especial que deverá contar com uma equipe multiprofissional (neurologista, enfermeiro, fonoaudiólogo, psicólogo...) e estrutura adequada.
- Ampliação do atendimento odontológico, construção de novas unidades e revitalização das unidades existentes.

- Fim da violência obstétrica. Criação de um plano com metas claras para desenvolvimento do parto humanizado em todos os hospitais do DF. Garantir sala de parto humanizado em todos os hospitais do DF.
- Criação de um centro de saúde especializado para transexuais e travestis. Garantia de realização na rede pública de saúde, de forma desburocratizada, da cirurgia de redesignação sexual.

Emprego e renda:

- Organizar um plano de obras públicas para garantir infraestrutura e gerar novos empregos
- Garantia de isenção de impostos para os desempregados e passe-livre àqueles que estão fora do mercado de trabalho.
- Reformulação e ampliação do projeto da Fábrica Social. Igualar o valor do benefício recebido pelos estudantes da Fábrica Social ao salário mínimo. Expandir o número de cursos e implementar o projeto da Fábrica Social em todas as cidades do DF.
- Fim dos processos de demissão dos trabalhadores terceirizados nos serviços públicos. Criação de uma empresa estatal de serviços gerais, que deve absorver os trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas que estão atuando nos órgãos públicos, garantindo estabilidade no emprego. Intervenção estatal em todas as empresas terceirizadas que demitirem os trabalhadores em massa.
- Cotas raciais para todos os concursos públicos do DF, adotando o percentual de reserva de vagas igual ao censo da população negra do DF, que representa quase 60% da população.
- Fim da perseguição aos camelôs e ambulantes.
- Cotas para transexuais e travestis nos concursos públicos e para as instituições de ensino superior e técnico do DF.

Servidores Públicos:

- Garantir imediatamente o cumprimento da lei de recomposição salarial de forma retroativa dos servidores públicos, abrir novos concursos para suprir a falta de pessoal, reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais a todos os servidores do GDF.
- Pagamento das pecúnias e dívidas do GDF com os aposentados.
- Restituição de todos os valores retirados do IPREV pelo governo Rollemberg, Agnelo e Ibaneis e criação de um conselho gestor eleito diretamente pelos servidores públicos do DF, com mandatos revogáveis.
- Não enviar à CLDF, nem criar, leis e projetos que retirem direitos dos servidores. Garantir a paridade salarial dos servidores aposentados com os trabalhadores da ativa. Não aplicar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que deteriora os serviços públicos.
- Criar lei da data-base dos servidores públicos, respeitar o direito de greve e negociar com as categorias, os sindicatos, na perspectiva de atender suas pautas de reivindicações.
- Revogação da reforma da previdência de Ibaneis.

Educação:

- Implantar a educação integral na rede pública de ensino, garantindo que as escolas sejam devidamente estruturadas para o atendimento em tempo integral: vestiários, refeitório, alimentação adequada oriunda da agricultura familiar, quadra esportiva coberta, salas de leitura, armários para estudantes e auditório.
- Incentivar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a qualificação profissional. Expandir as matrículas correspondendo à demanda social por educação profissional, para que os estudantes façam a transição do sistema educacional para o mundo do trabalho em condições mais favoráveis. -

- Aplicar as verbas públicas da educação somente nas escolas públicas. Aumentar as verbas do PDAF e acabar com o contingenciamento dessas verbas! Garantir pelo menos 30% do orçamento do DF para a educação pública. Fim de qualquer repasse de verbas públicas para a rede privada de ensino.
- Combateremos as políticas de sucateamento da educação pública, contra a privatização, terceirização, meritocracia, fechamento de escolas, a extinção da Educação de Jovens e Adultos e o congelamento de verbas destinadas à educação. Ampliação da educação no período noturno e ampliação das vagas no EJA.
- Fim imediato da militarização das escolas.
- Aumentar o número de escolas no DF, garantindo aos estudantes que possam estudar mais perto de suas casas. Reforma das escolas públicas, chega de fazer só maquiagem durante o período de férias. Construção de creches para zerar o déficit de vagas na educação infantil e fim da privatização na educação. As escolas públicas devem ter gestão 100% estatal.
- Fortalecimento e ampliação das Escolas-parque. Todas as cidades satélites do DF devem ter escolas-parque. Criar pelo menos mais 3 escolas de música no DF.
- Gestão democrática de verdade. Eleição dos diretores regionais de ensino, com mandatos revogáveis. Defesa da autonomia das escolas e da gestão democrática! Nenhuma imposição de política pedagógica sem aprovação da categoria do Magistério! Fortalecer e garantir o funcionamento do conselho escolar e a realização periódica das assembleias escolares.
- Organizar um amplo processo de discussão (seminários, conferências, etc.) com os trabalhadores da educação pública e os estudantes do DF (sem a presença dos setores patronais) sobre os ciclos e a semestralidade. Ao final criar um mecanismo democrático para que os estudantes e os educadores da rede pública decidam sobre o modelo pedagógico a ser implantando na rede pública do DF.
- Organizar um campanha permanente de combate à discriminação nas escolas, combater o machismo, o racismo e a LGBTfobia dentro das escolas. Não à lei da mordaza (escola sem partido).
- Contratação de todos os aprovados e ampliação das vagas no concurso da SEDF que será realizado neste semestre.
- Garantia de 50% da jornada do magistério para a coordenação pedagógica e redução do número de estudantes por sala de aula de acordo com as demandas da categoria.
- Garantir a presença de equipes médicas e psicopedagógicas multidisciplinares em todas as unidades escolares do DF, para atendimento, diagnóstico e tratamento dos estudantes com transtornos psicológicos e emocionais.
- Em colaboração com a UnB, Universidades e Institutos Técnicos Federais incentivar a política de cotas no acesso às vagas.
- Ampliação da Universidade Pública Distrital (UnDF), usando o espaço ocioso do centro administrativo em Taguatinga.
- Contra a implantação da Reforma do Ensino Médio! Garantir e ampliar quantidade de matérias no currículo escolar nas escolas públicas do DF, não à BNCC. Contra qualquer processo de privatização do ensino médio.
- Através da FAP-DF criar bolsas de iniciação científica para os estudantes de ensino médio e para os estudantes do ensino superior do DF.
- Organizar uma política de financiamento para professores da rede pública implantarem projetos científicos, esportivos e culturais nas escolas públicas do DF, com garantia de compensação do tempo como hora-atividade.

- Criação de bolsa para estudantes do ensino médio que desempenhem atividades esportivas e/ou artísticas.

Arte e Cultura:

- Alterar a lei do silêncio e construção de uma legislação local que garanta as apresentações musicais na cena noturna do DF.
- Ampliação do percentual da receita corrente líquida destinada ao FAC de 0,3 para 0,5%.
- Criação de um conselho popular de artistas e grupos culturais do DF para gerenciar os espaços culturais de maneira democrática.
- Construção de complexos culturais estatais (teatro, salas de exposição, cinemas...) em todas as cidades do DF, principalmente nos bairros pobres.
- Reforma dos espaços culturais fechados.
- Estatização da faculdade de artes Dulcina de Moraes, sob controle dos trabalhadores da instituição. O GDF deve garantir os custos de funcionamento da faculdade e garantir a gratuidade aos estudantes.
- Implementação de editais de fomento, premiação desburocratizados, nos marcos da lei Aldir Blanc 2 lei Paulo Gustavo, destinados aos artistas locais com concessão de bolsas e verbas aos grupos culturais para ocupar os espaços culturais do DF, garantindo eventos gratuitos à população.
- Criação da incubadora de projetos culturais no DF para garantir assessoria gratuita aos artistas e produtores culturais do DF na elaboração e implementação dos projetos culturais.
- Revogação da Lei Distrital nº. 6094, de 2018 (lei da pichação), que permite a criminalização do grafite.

Segurança Pública:

- Fim da tropa de choque e garantia da liberdade de expressão e manifestação.
- Criação de um conselho popular de segurança pública, gerido pelos trabalhadores, que deve submeter e determinar todo o plano de ação das forças policiais do DF.
- Criação de DEAM's em todas as cidades-satélites. Qualificação do corpo de atendimento dos servidores da PCDF para acolher mulheres vítimas de violência.
- Organizar uma divisão policial especializada na proteção de mulheres vítimas de ameaças. Compra de material de rastreamento (tornozeleiras eletrônicas, etc.) para efetivar o cumprimento das medidas protetivas para as mulheres ameaçadas. E programa para treinamento e fornecimento de armamento às mulheres que estejam amparadas por medidas protetivas.
- Criação de uma ouvidoria popular de segurança pública, formada por civis, totalmente independente das instituições policiais para fiscalizar, investigar e punir abusos policiais.
- Acabar com o registro de auto de resistência nas ocorrências policiais do DF. Todo homicídio cometido por policiais em serviço vai ser rigorosamente investigado com a garantia de uma auditoria independente da investigação.
- Fim da polícia militar do DF e criação de uma guarda civil desmilitarizada, que será comandada de forma democrática e paritária por membros eleitos das forças policiais e da classe trabalhadora, organizada em entidades civis representativas.

Combate às opressões:

- Criação da secretaria da igualdade racial no DF, que deve ser gerida de maneira democrática pelo conjunto de organizações do movimento negro no DF, através de conselhos populares.

- Criar um subsecretaria espacial de valorização da cultura negra e afro-brasileira, vinculada à secretaria de cultura com autonomia financeira para organizar eventos culturais no DF e verba específica para fomentar artistas e grupos artísticos que trabalhem a temática racial.
- Fiscalizar e garantir a aplicação da legislação educacional para que a história da África e do povo negro no Brasil seja de fato incorporado ao currículo escolar.
- Criação de lei distrital que puna qualquer estabelecimento comercial que cometa ou seja conivente com atitudes racistas, LGBTfóbicas, Xenofóbicas ou machistas cassando o alvará do estabelecimento e estabelecendo multas para financiar as política de combate às opressões.
- Criação de um plano de segurança específico para proteger os espaços das religiões afro-brasileiras.
- Criação de uma bolsa-assistencial para mulheres vítimas de violência doméstica, no valor de um salário mínimo, garantindo que ela possa manter independência financeira e romper a dependência econômica do agressor.
- Garantir licença-paternidade de 60 dias aos servidores públicos do DF.
- Criação de casas-abrigo em todas as cidades do DF para acolher mulheres vítimas de violência.
- Criação da secretaria de mulheres do DF, que deverá ser gerida por conselhos populares.
- Construção e instalação de creches nos locais de trabalho ou próximas aos locais de trabalho, nos órgãos públicos do GDF.
- Criação de uma secretaria LGBT no DF, que deverá ser gerida por conselhos populares.
- Bolsa-assistencial para LGBT's vítimas de violência e garantia de atendimento especial para concessão de benefícios como o auxílio-aluguel.
- Garantia de utilização das casas-abrigo para a população LGBT.
- Criação de cartilha de combate a LGBTfobia a ser distribuída e utilizada em todas as escolas do DF.

Transporte público:

- Fortalecer a TCB deve assumir o controle das linhas, todas as concessões vencidas, bem como as novas linhas, devem passar para o controle da TCB, rumo à estatização, sem indenização, das 5 megaempresas de ônibus do DF e incorporação ao patrimônio da TCB, que deve assumir todas as linhas de ônibus do DF. Dobrar a frota de ônibus do DF.
- Promover uma auditoria nas contas e contratos dessas 5 empresas e confiscar o bem dos seus sócios para garantir ressarcimento aos cofres públicos.
- Redução imediata de 50% em todas as tarifas de transporte e criação de um plano para chegar a tarifa zero em 2024. Criação da integração com bilhete único.
- Abertura de concurso para Metrô-DF.
- Passe-livre estudantil sem qualquer restrição de linhas e números viagem por dia, inclusive no período de férias escolares.
- Reativação da linha de trens entre Luziânia e o Plano Piloto para transporte de passageiros, sob controle do Metrô-DF.
- Organizar um plano de obras viárias para implementar ciclovias e ciclo-faixas em todas as cidades do DF.

- Criação linhas expressas de eletrobus, VLP e VLT ligando Planaltina, Sobradinho, Ceilândia, Samambaia e Taguatinga a rodoviária do Plano Piloto.

Reforma agrária:

- Fortalecer os órgãos públicos que desenvolvem as políticas para o desenvolvimento agrário do - Distrito Federal, principalmente a EMATER, em cooperação com a RIDE, valorizando as equipes compostas por técnicos, agrônomos, engenheiro agrimensor, dentre outros especialistas afins que trabalham com a agricultura familiar. O governo do DF deve atuar para desenvolver uma forte cooperação com os municípios da RIDE.
- Acelerar nas terras públicas rurais passíveis de destinação à assentamentos rurais, as demarcações, implantação, estudos e projetos de parcelamento de assentamentos da agricultura familiar, com o apoio técnico necessário. Fortalecer e ampliar as parcerias com o INCRA para promover a desapropriação de todas as terras improdutivas e destina-las aos projetos de assentamento rural para a agricultura familiar orgânica e ecologicamente sustentável.
- A agricultura familiar, o pequeno produtor rural e as cooperativas existentes devem ser protegidas e fortalecidas. Garantir o acesso ao crédito barato, através do BRB, a condições de produção, escoamento e comercialização. As compras públicas do governo do DF oriundas da agricultura, deverão ser compradas da produção da agricultura familiar.
- Priorizar a produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, para abastecer a população do DF, se baseando nos princípios da agroecologia, investindo na agricultura seja ecologicamente sustentável. Fiscalizar rigorosamente o uso dos agrotóxicos.
- Investir na apicultura/meliponicultura (criadores de abelhas): o governo em parceria com as entidades dos apicultores/meliponicultores, deve desenvolver um plano de fortalecimento/criação de apiários/meliponários, para incentivar a produção, o consumo e a comercialização do mel e demais produtos das abelhas. Inserir o mel na merenda escolar das escolas públicas. Criar no Corpo de Bombeiros o serviço de captura e remoção de enxames, gratuito à população, e os enxames capturados deverão ser doados aos criadores de abelhas.
- Usar parte das terras públicas rurais do GDF para construir um projeto de hortos florestais estatais, destinado a produção agrícola ecologicamente sustentável, sem uso de agrotóxicos, e também para realização de pesquisas e proteção do meio ambiente.

Meio ambiente:

- Garantir prioritariamente a destinação dos recursos públicos para recuperação da bacia do Descoberto, que é a reserva hídrica mais ameaçada pela ação humana no DF.
- Aumentar significativamente os recursos e a contratação de servidores para o IBRAM e para os órgãos de fiscalização ambiental do DF.
- Expropriação, sem indenização, das grandes propriedades que não mantiverem cadastro atualizado no CAR (Cadastro Ambiental Rural) e/ou que não cumprirem com a legislação ambiental.
- Reformulação do plano de combate a incêndios florestais, garantindo recursos suficientes para as ações de prevenção, monitoramento, combate e educação ambiental.
- Revitalizar o SLU e garantir controle 100% estatal do manejo do lixo e dos resíduos sólidos do DF. Universalizar a coleta seletiva. Construir fábrica estatal de reciclagem sob gestão e controle do SLU.
- Reestruturar os convênios com as cooperativas de reciclagem de lixo para garantir os direitos de todos os trabalhadores, aumentar o valor dos contratos e garantir a construção de galpões de triagem com estrutura e maquinário moderno, sem custo para as cooperativas.
- Elaboração de um plano de reuso de águas e aproveitamento de águas cinzas para diminuir a demanda de consumo.

- Elaborar um plano de implementação de sistema de energia fotovoltaica (energia solar) para distribuição e instalação em unidades residenciais principalmente para a população de baixa renda.

Esporte:

- Revitalizar todo o complexo esportivo do DF, e todo o complexo esportivo das escolas, como parte de um plano de obras públicas.
- Expandir a bolsa-atleta para as modalidades não-olímpicas.
- Garantir a inclusão da capoeira nas escolas públicas e espaços públicos para os grupos organizados de capoeira no DF, através de convênios.
- Fim da política de concessão dos aparelhos esportivos e centro-olímpicos para as empresas privadas. Garantir a gestão democrática dos aparelhos esportivos do DF, através de conselhos populares com a participação direta dos trabalhadores e trabalhadoras.
- Criar convênio com a UnB para garantir verbas para uma ampla reforma do Centro-olímpico da UnB.
- Organizar um calendário de competições esportivas destinadas a fortalecer o esporte amador no DF com inclusão de modalidades não-olímpicas.
- Desenvolver um programa específico para financiamento de projetos esportivos voltados para pessoas com necessidades especiais.
- Fim do contrato de concessão do complexo esportivo do Mané Garrincha e do Centro de Convenções.